

**O FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À LUZ DO  
DESAFIO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**

*THE PROFESSIONAL WORK OF SOCIAL WORKERS IN THE STUDENT ASSISTANCE OF  
PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE LIGHT OF THE  
CHALLENGE OF INTEGRAL HUMAN FORMATION*

Regiane Silva Pimenta Feitosa<sup>1</sup>  
Herlon Alves Bezerra<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei 8.662/1993, a qual estabelece atribuições e competências profissionais dos Assistentes Sociais. Contudo, a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho se estabelece a partir dos anos 1930. Nesse período, tem-se as primeiras intervenções do Serviço Social no espaço da educação. Todavia, é com o estabelecimento das políticas de Assistência Estudantil, previstas no Decreto nº 7.234/2010, que se tem a ampliação da atuação de Assistentes Sociais nas instituições públicas federais. Nesse sentido, questionamos de que modo estes profissionais podem contribuir, a partir das políticas de Assistência Estudantil, para o desenvolvimento de respostas institucionais positivas ao desafio da formação integral das/os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica? Entendemos que a formação integral, compreende o sujeito como por inteiro, em seus aspectos afetivos, físico, social e cognitivo, perpassando a formação humana fundada no trabalho como princípio educativo e superando a lógica de apenas integrar o ensino médio à formação técnica. A natureza da pesquisa será social e qualitativa (Minayo, 2009, 2014). Pressupomos que a dimensão socioeducativa do trabalho dos Assistentes Sociais pode corroborar na articulação da formação omnilateral, voltada aos interesses da classe trabalhadora. Também, o Programa Nacional de Assistência Estudantil configura-se como um instrumento importante de promoção de direitos sociais aos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. Por fim, antevemos, ainda, que a atividade profissional do Assistente Social pode ir além do gerenciamento e execução de auxílios estudantis. Pretendemos com este

---

<sup>1</sup>Bacharel em Serviço Social (UNILEÃO), Especialista em Políticas Públicas em Saúde Coletiva (URCA), Assistente Social efetiva do Instituto Federal do Ceará e discente do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, campus Salgueiro. E-mail: [regianepimentaf@gmail.com](mailto:regianepimentaf@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciado em Psicologia, Mestre em Filosofia, Doutor em Educação. É professor do IFSertãoPE, onde leciona no Curso de Licenciatura em Música e no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. E-mail: [herlon.bezerra@ifsertao-pe.edu.br](mailto:herlon.bezerra@ifsertao-pe.edu.br).



trabalho contribuir com subsídios para a construção do trabalho socioeducativo dos Assistentes Sociais na formação humana integral de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Assistência Estudantil; Formação Integrada; Educação Profissional Tecnológica.

**ABSTRACT:** Social Work is a profession regulated in Brazil by Law 8.662/1993, which establishes the attributions and professional competencies of Social Workers. However, the institutionalization of Social Work as a profession inserted in the socio-technical division of labor is established from the 1930s. In this period, there are the first interventions of Social Work in the space of education. However, it is with the establishment of Student Assistance policies, provided for in Decree No. 7,234/2010, that there is an expansion of the performance of Social Workers in federal public institutions. In this sense, we question how these professionals can contribute, from the policies of Student Assistance, to the development of positive institutional responses to the challenge of the integral formation of students of Professional and Technological Education? We understand that integral education comprises the subject as whole, in its affective, physical, social and cognitive aspects, pervading the human formation based on work as an educational principle and overcoming the logic of only integrating high school with technical training. The nature of the research will be social and qualitative (Minayo, 2009, 2014). We assume that the socio-educational dimension of the work of Social Workers can corroborate the articulation of omnilateral training, aimed at the interests of the working class. Also, the National Student Assistance Program is an important instrument for promoting social rights to students of Professional and Technological Education. Finally, we also anticipate that the professional activity of the Social Worker can go beyond the management and execution of student aids. We intend with this work to contribute with subsidies for the construction of the socio-educational work of Social Workers in the integral human formation of students of Professional and Technological Education.

**KEYWORDS:** Social services; Student Assistance; Integrated Training; Technological Professional Education.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar a Política de Educação no Brasil nos remete que historicamente este espaço se conforma enquanto um campo de disputa, haja vista que se constitui como um terreno marcado por projetos educacionais distintos. De um lado se estabelece de modo estratégico como intervenção do estado burguês, visando assegurar as condições necessárias à produção e reprodução do sistema capitalista, o qual tem como característica fundante a desigualdade social gerada pelas classes sociais; e de outro tem-se as lutas políticas da classe trabalhadora para o reconhecimento da política de educação enquanto um direito social (DUARTE *et al.*, 2019).

Tratando-se ainda desse assunto, é válido enfatizar que no contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas é desafiador o lugar da educação como prática emancipatória, uma vez que

as instituições formais de educação assumem um lugar decisivo, mas não exclusivo, na reprodução social desse sistema opressor. Tais instituições têm uma função social pré definida, ou seja, construir as bases de manutenção e aceitação desse modo de organização social. E isto se dá a partir de processos de alienação, cujas relações sociais são subvertidas a meras relações de troca orientadas para o mercado (MÉSZÁROS, 2008).

Acerca deste pensamento, há também uma compreensão de que:

O pesquisador da área da educação profissional deve reconhecer que a educação é, ao mesmo tempo, síntese das determinações econômicas de nossa sociedade, na medida em que contribui com a reprodução do *status quo*, como também espaço para o desenvolvimento da capacidade de compreensão das contradições dessa mesma sociedade, com vistas à sua superação (DE LIMA *et al.*, 2022, p. 145)

Neste contexto, convém lembrar que a Educação Profissional e Tecnológica, se insere na política educacional do Brasil, logo está imersa nesse espaço de disputa em torno dos projetos de formação da classe trabalhadora.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) essa modalidade de educação tem como finalidade preparar o estudante “para o exercício de profissões”, contribuindo para sua inserção no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

De acordo com Duarte *et al.* (2019), no âmbito da política de educação a Educação Profissional e Tecnológica é um dos segmentos que mais tem se expandido, sendo que a partir dos anos 2008 passa por uma intensa ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, com o intuito de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior. Contudo, em 2016 observa-se um recuo nessa expansão, dado os processos políticos de ataques aos direitos sociais, nos quais se incluem a educação.

Nessa conjuntura histórica é válido destacar que no ano de 2008 é promulgada a Lei nº 11.892, responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes aglutinaram os antigos CEFETS, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Salienta-se que os IFs foram os que obtiveram maior expansão e consolidação, dentre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação (DUARTE *et al.*, 2019).

Conforme, Duarte *et al.* (2019) entre os anos de 2003 a 2016, a Educação Profissional e Tecnológica assume lugar de destaque nas ações do governo federal. Com vistas a responder a esse

contexto de expansão, publicam-se atos normativos que buscam ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino.

Nessa linha do tempo, em 2010 é posto em vigência o Decreto 7.234, que dispõe acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Já em 2012, promulga-se a Lei Nº 12.711, que estabelece regras para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Estes instrumentos normativos tiveram fundamental importância para a consolidação da educação como direito social, ao permitir que segmentos da classe trabalhadora pudessem acessar a educação superior e profissional no Brasil (DUARTE *et al.*, 2019).

A necessidade de implementação do PNAES nas Instituições de Ensino Federal, traz à tona a exigência da atuação de profissionais que planejem e executem ações para responder às diversas demandas dos estudantes. Assim, abre-se um largo campo para a atuação de profissionais de diferentes áreas, dentre elas o profissional de Serviço Social (CAVAIGNAC; COSTA, 2017).

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o fazer profissional dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da Educação Profissional e Tecnológica a partir do desafio da formação humana integral dos estudantes.

Assim sendo salientamos que a escolha da referida temática se justifica tanto pela nossa aproximação com o objeto da pesquisa, uma vez que somos assistente social e o nosso exercício profissional se realiza na política pública de educação, especificamente na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, como também pela necessidade de refletir acerca dos processos de trabalho que estão sendo desenvolvidos pela categoria dos assistentes sociais no referido espaço sócio-ocupacional.

Sobre o percurso metodológico, cumpre frisar que esta pesquisa se vincula ao método materialista histórico dialético, haja vista que compreendemos que o objeto desse estudo - o fazer profissional dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da EPT à luz do desafio de formação humana integral - só pode ser avaliado de forma crítica nos marcos da totalidade social e da categoria da mediação para entender o real, sob a perspectiva da teoria social Marxista.

Segundo Minayo (2009), o objeto das ciências sociais é histórico, onde se deve considerar os seres humanos, a sociedade e suas ações na construção da própria história. Para tal, é necessário que haja uma identidade entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado. O primeiro vincula suas visões de mundo historicamente construídas a uma relação ideológica.

Seguindo esse norte, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, para dialogar com a temática em estudo e referências. Fizemos o levantamento da literatura da seguinte forma: iniciamos pesquisando pelo banco de dados do ProfEPT<sup>1</sup>, depois buscamos os documentos produzidos pelas entidades de representação da categoria profissional dos assistentes sociais, bem como, documentos que são pertinentes ao tema em estudo, expandido, por fim, para o Banco de Teses e Dissertações e livros, artigos, publicações em revistas e periódicos considerados mais recentes.

A natureza da pesquisa é qualitativa, considerando a percepção de que o tema em estudo não pode ser aprofundado com base em dados quantificáveis e estatísticos, pois estes não apreendem os processos sociais que se apresentam na realidade concreta em suas dimensões históricas e totalizantes, as quais desvendam as interações humanas em seus significados e representações sociais (MINAYO, 2009).

Portanto, a pesquisa qualitativa é a escolhida para a realização do presente estudo porque, “[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2014, p. 57).

## 2. SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Inicialmente, é importante frisar que a articulação entre o Serviço Social e a política de Educação não é algo recente, pois ocorreu desde a institucionalização da profissão, em 1930 (ALMEIDA; FÉRRIZ, 2019). Porém, o que mudou foi o comprometimento dessa categoria profissional, que na atualidade se consolida na direção ético-política voltada aos interesses da classe trabalhadora (BARROCO, 2009). Isto se dá por meio de um processo que ocorreu no interior da profissão, a partir dos anos 1980, o qual ficou conhecido como Renovação do Serviço Social<sup>3</sup>, uma das vertentes desse movimento, a intenção de ruptura, aproximou o serviço social brasileiro ao

---

<sup>3</sup> O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorreu nos marcos da “autocracia burguesa” (NETTO, 2015), foi um processo que questionou as bases tradicionais da profissão, propondo a ruptura com as práticas profissionais conservadoras, no período da Ditadura Militar no Brasil - 1964 a 1985.

materialismo histórico, consolidando a perspectiva crítica como hegemônica dentro da profissão (NETTO, 2015).

Entretanto, é com a Constituição Cidadã de 1988, que a educação se torna um direito social e, posteriormente, com a implementação dos programas de Assistência Estudantil na educação superior e na educação profissional e tecnológica, que se observa a ampliação das requisições profissionais dos assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais (DUARTE *et al.*, 2019).

Assim, Duarte *et al.* (2019) aponta que a inserção desses profissionais na política de educação está intimamente relacionada ao processo de concessão de auxílios, considerando o recorte socioeconômico que assumem, uma vez que a educação é uma política social e não está isenta dos impactos de uma política de estado neoliberal, com contornos focalistas e seletivos. Logo, “O projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, à política social e à política econômica” (IAMAMOTO, 2010, p. 149).

Ainda no contexto da atuação do(a) assistente social na Educação, Duarte *et al.* (2019) menciona que nos anos 2000 tem-se no interior da categoria profissional dos assistentes sociais a intensificação dos debates sobre a relação do serviço social com a educação, como consequência da luta política liderada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. A partir desse movimento, foi publicado um importante documento intitulado “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, que tem como objetivo:

Contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras (CFESS, 2012, p. 8).

Ademais, a inserção dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, se configura como um espaço de atuação profissional repleto de desafios e possibilidades. Como principal demanda institucional requerida a estes profissionais, tem-se a implementação do PNAES, com vistas a contribuir na permanência dos estudantes (PRADA; GARCIA, 2019).

Uma das etapas de execução desse programa é a seleção de estudantes, por meio da análise socioeconômica, sendo esta uma competência dos assistentes sociais, consoante ao estabelecido na Lei n. 8.662/1993, a qual regulamenta a referida profissão. Cumpre citar que as políticas de assistência estudantil possuem normatização específica em cada instituição de ensino. Porém, todas

se estruturam mediante programas de concessão de auxílios financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (DUARTE *et al.*, 2019).

É de suma importância registrar que a atuação profissional dos assistentes sociais nas equipes multiprofissionais de assistência estudantil, tem se constituído como uma frente de trabalho importante dentro da Educação Profissional e Tecnológica (DUARTE *et al.*, 2019).

Essas autoras expressam a ideia de que, nessas equipes o trabalho dos assistentes sociais objetiva a realização de ações pertinentes ao ingresso, permanência, êxito e inclusão dos estudantes, compreendendo que a política de assistência estudantil não se resume a concessão de auxílios financeiros (MIRANDA; OLIVEIRA, 2021), mas diz respeito ao enfrentamento das diversas manifestações da questão social<sup>4</sup> que se expressam no âmbito das instituições de educação.

Com base em Almeida (2003), o trabalho do assistente social na educação deve contemplar os seguintes eixos de atuação: intervenções que viabilizem a garantia do acesso à educação; atividades que visem a permanência do estudante na instituição educacional; preocupação com a efetivação de ações que objetivem a garantia da qualidade dos serviços e o exercício profissional comprometido com a gestão democrática, estimulando a participação efetiva da população no sistema educacional.

Nessa linha de raciocínio, a atuação do assistente social na Educação Profissional e Tecnológica deve ir além das requisições institucionais burocratizantes e tarefas, podendo realizar intervenções e ocupar “espaços que ultrapassam as especificidades dos auxílios de caráter socioeconômico” (MIRANDA; OLIVEIRA, 2021, p. 67), haja vista que o exercício profissional deve se estabelecer observando os princípios éticos dispostos no Código de Ética Profissional (BRASIL, 2011), bem como os direcionamentos alicerçados pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Assim, a atuação profissional dos assistentes sociais “deve ter como norte o fortalecimento da construção de uma contra-hegemonia cultural” (MOREIRA, 2019, p. 48), a qual deve se articular aos interesses da classe trabalhadora, no aprofundamento da democracia, entendida aqui enquanto “socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 23).

---

<sup>4</sup> Questão Social é o objeto de trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009), a mesma se funda pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, nas relações entre o proletariado e a burguesia. Assim, expressa a luta de classes, uma vez que, cada vez mais a produção é socializada enquanto a apropriação da riqueza torna-se privada.



Desse modo, pensar o trabalho do assistente social na Educação Profissional e Tecnológica, orientado pelos princípios éticos acima citados, significa lutar pela garantia de uma educação que tenha como horizonte a formação integral dos sujeitos sociais (CIAVATTA, 2014), que se coloque contrária a um modelo de formação consubstanciado em atender as demandas do mercado, no qual a instituição escolar se reduz a mero instrumento de desenvolvimento do capitalismo (MÉSZÁROS, 2008).

Nesse sentido, a formação humana integral à qual o fazer profissional deve se articular enquanto uma possibilidade de trabalho na Educação Profissional e Tecnológica, está ancorada no trabalho como princípio educativo, (SAVIANI, 2007) e significa:

“mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional, ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica correlação de forças entre as classes sociais, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária{..}” (CIAVATTA, 2014, p. 197).

Nesse espaço de disputa, cabe refletir sobre quais as possibilidades de atuação do assistente social em direção ao projeto de formação que objetiva o desenvolvimento do ser humano numa perspectiva crítica (DUARTE *et al.*, 2019).

Para Abreu e Cardoso (2009), o trabalho do assistente social é dotado de uma “função pedagógica”, a qual se revela por meio da realização de ações socioeducativas. Estas ações podem interferir diretamente nos valores e comportamentos dos sujeitos, corroborando para gerar alterações no seu modo de viver, pensar e agir. Portanto, a mobilização social como prática educativa do assistente social “direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta de classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes subalternas.” (CARDOSO, 1995 *apud* ABREU 2009, p. 603).

Vale ressaltar que na literatura, quando se fala em ampliar a intervenção do assistente social, esta aparece vinculada ao sentido de incorporar ações à assistência estudantil, com o objetivo de adicionar outras formas que garantam a permanência estudantil, “isso requer pensá-la para além da focalização na transferência de renda, compreendendo a importância das diversas áreas na vida acadêmica dos estudantes, desde a viabilização de direitos” (PRADA; GARCIA, 2019, p. 91), sinalizando que esta política deve ir além do provimento de auxílios financeiros.



Entretanto, há de se considerar que o assistente social é também integrante da classe trabalhadora, uma vez que está inserido na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, necessita vender a sua força de trabalho. O fato do trabalho profissional ser uma mercadoria, traz como consequência a imposição de limites à atuação do assistente social, considerando o pensamento de Moreira (2019, p. 49), o qual retrata que “tanto a força de trabalho quanto o produto de seu trabalho não lhes pertencem, nesse processo de troca regido pela organização do capital”.

Logo, é imperativo revelar quais desafios estão presentes no fazer profissional dos assistentes sociais e de que maneira estes se deparam nos limites da autonomia profissional. Para esse propósito, é necessário realizar uma reflexão crítica da realidade em que se efetiva o exercício profissional, como também uma reflexão teórica dessa mesma realidade laboral, para fins de compreensão das correlações de forças que tecem estas relações de trabalho e o campo de disputa, enfrentamentos e articulações que se apresentam no âmbito institucional.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos que o PNAES assume um papel determinante para a permanência e o êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais dependem, sobremaneira, de auxílios estudantis para se manterem em seus cursos. Contudo, questionamos de que modo os Assistentes Sociais podem contribuir, a partir das políticas de Assistência Estudantil das Instituições Federais de ensino, para o desenvolvimento de respostas profissionais positivas ao desafio da formação integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

Entendemos que produção de conhecimento na área do serviço social na educação se coloca como urgente para a categoria profissional, já que esta se configura como um espaço sócio-ocupacional em expansão para os assistentes sociais. Em contrapartida, apontamos que existe ainda uma lacuna na produção de conhecimento sobre o Serviço Social na educação. Portanto, é necessário adensar essa reflexão, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, a fim de sistematizar, fortalecer e ampliar o exercício profissional na referida área.

Salientamos também que é imperativo para a categoria dos assistentes sociais o compromisso ético-político com o aprimoramento intelectual e a prestação de serviços públicos de qualidade. Assim, é possível garantir o caráter reflexivo e propositivo do trabalho do assistente

social, o qual permite o fortalecimento da autonomia profissional, bem como amplia as possibilidades de intervenção na realidade.

Compreendemos que apenas a educação sozinha não é capaz de transformar a realidade social vigente, marcada por profundas desigualdades e exploração do trabalho pelo capital. Porém, entendemos que a educação é uma ferramenta potente para formar pessoas capazes de questionar o seu lugar no mundo, problematizando o *status quo* vigente e propondo novas formas de interação social, a partir de relações que se estabeleçam para além do padrão inerente ao modo de produção capitalista. Dessa forma, vemos a possibilidade de reconstrução de uma nova sociabilidade por meio da educação.

Pressupomos que a dimensão socioeducativa do trabalho dos Assistentes Sociais pode corroborar na articulação da formação omnilateral, voltada aos interesses da classe trabalhadora. Também, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010) configura-se como um instrumento importante de promoção de direitos sociais aos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, enfatizamos que a atividade profissional do Assistente Social pode ir além do gerenciamento e execução de auxílios estudantis, superando as requisições institucionais burocratizantes que são destinadas aos assistentes sociais, objetivando fortalecer e ampliar o trabalho socioeducativo dessa categoria profissional na Educação Profissional e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. 2003. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

ALMEIDA, N. L. T. de; FÉRRIZ, A. F. P. **O trabalho do/a assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo**. In: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. de Q. Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação. Salvador: UFBA, 2019. P. 15-31.

APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. In: **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 166-184, 2009.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. – 9. Ed. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

BRASIL. **Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm) . Acesso em: 20 de Maio de 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 19 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CAVAIGNAC, M. D; COSTA, R. M. P. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. Temporalis, Brasília, DF, ano 17, n. 34, p. 411-435, 2017.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral**. Por que lutamos? Revista Trabalho e Educação. v. 23 n. 1. jan-abr. 2014.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. [S.l:s.n.], 2012.

DE LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves; DOS SANTOS ROSA, Daniele; DA SILVA, Cláudio Nei Nascimento. O materialismo histórico e dialético nas pesquisas em EPT. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, p. 143-161, 2022.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.



IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 15–50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 341-376.

IAMAMOTO, Marilda Villela. . **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 34. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela . **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho, questão social. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

IFCE. **Quadro situacional de Assistentes Sociais do IFCE.** Diretoria de Assuntos Estudantis - DAE - Reitoria do IFCE, 2023.

IFCE. Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, N. A. D; OLIVEIRA, P. M. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço socio-ocupacional do assistente social: desafios e possibilidades para atuação do assistente social no IFMG. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 3, p. 57-78, 2021. DOI: 10.36524/profept.v5i3.1246. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1246>. Acesso em: 1 de junho 2023.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Serviço Social e democratização da política de educação em tempos antidemocráticos. In: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019. P. 37-57.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. In: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019. P. 85-106 .